



crefito1

Conselho Regional de fisioterapia e terapia ocupacional da 1º Região

Relatório de gestão do exercício 2016

Relatório de gestão do exercício 2016

Conselho Regional de fisioterapia e terapia ocupacional da 1º Região

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno

Lista de tabelas, ilustrações, abreviaturas, siglas e símbolos

CREFITO-1 : Conselho Regional de fisioterapia e terapia ocupacional da 1º Região

RNPF: Referencial Nacional dos Procedimentos Fisioterapêuticos

IES: Instituições de Ensino Superior

ILPIS: Instituições de longa permanência

ANVISA: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

TAC: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

GT: Grupos de trabalhos

CAPS: Centro de apoio psicossocial

SAD: Serviço de atendimento domiciliar

Lista de Anexos e Apêndices

Título	Descrição
Planejamento estratégico	Gestão 2015/2018
Relatório DEFIS	Relatorio DEFIS 2016

Sumário

2 - APRESENTAÇÃO	6
2.1 APRESENTAÇÃO	6
3 - VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	9
INTRODUÇÃO SEÇÃO	9
3.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	9
3.2 NORMAS	10
3.3 HISTÓRICO	11
3.4 ORGANOGRAMA	12
4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	13
INTRODUÇÃO SEÇÃO	13
4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	13
4.1.1 OBJETIVOS DO EXERCÍCIO	14
4.1.2 COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS	15
4.2 RESULTADOS	16
4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	17
4.3.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA	18
4.3.2 TRANSFERÊNCIAS	22
4.3.3 RECEITAS	23
4.3.4 DESPESAS	26
4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL	29
4.5 INDICADORES	30
5 - GOVERNANÇA	33
5.1 GOVERNANÇA	33
5.2 DIRIGENTES	34
5.3 AUDITORIA	35
5.4 APURAÇÕES	36
5.5 GESTÃO RISCOS	37
5.6 REMUNERAÇÕES	38
5.7 AUDITORIA INDEPENDENTE	39
6 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	40
INTRODUÇÃO SEÇÃO	40
6.1 GESTÃO DE PESSOAS	40
6.1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL	41

6.1.2 DESPESA C/ PESSOAL	44
6.1.3 GESTÃO DE RISCOS	46
6.1.4 MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA	47
6.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	48
6.2.1 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	49
7 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	50
7.1 CANAIS DE ACESSO	50
7.2 PESQUISA SATISFAÇÃO	51
7.3 TRANSPARÊNCIA	52
7.4 ACESSIBILIDADE	53
8 - DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	54
8.1 DESEMPENHO FINANCEIRO	54
8.2 NCASP	55
8.3 APURAÇÃO CUSTOS	56
8.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	57
9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	75
9.1 DETERMINAÇÕES DO TCU	75
9.2 RECOMENDAÇÕES DE CONTROLE INTERNO	76
9.3 DANOS AO ERÁRIO	77
10 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	78
10.1 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	78
11 - ANEXOS E APÊNDICES	79
11.1 ANEXOS E APÊNDICES	79
CONCLUSÃO	79
ASSINATURA(S)	92
12 - OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO	93
12.1 OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO	93

2 - APRESENTAÇÃO

2.1 APRESENTAÇÃO

Apresentação da forma como está estruturado o relatório de gestão

O relatório de gestão 2016 está estruturado de forma a espelhar a organização, apresentando os aspectos mais relevantes, com informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira.

Principais realizações da gestão no exercício

Continuidade das ações de 2015 citando:

- a) Ações administrativas visando à redução da inadimplência por parte dos profissionais inscritos neste Regional;
- b) Realização de eventos objetivando o aprimoramento dos profissionais (fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais), como por exemplo, Fórum de Responsabilidade Técnica e Fórum de Ensino;
- c) Ações educativas frente aos profissionais que descumprem a legislação da profissão, especialmente os casos de publicidade irregular e ausência de anotação nos prontuários dos pacientes atendidos;

Nas Comissões criadas e apoiadas pelo CREFITO-1:

Comissão de Fisioterapia do Trabalho

1. Organização do I Encontro de Fisioterapia do Trabalho do CREFITO-1
2. Representação no Congresso Brasileiro de Fisioterapia do Trabalho da ABRAFIT - Belo Horizonte - MG. Palestra: "Politização nas Perícias e Conquista do CREFITO1".
3. Realização do "I Encontro de Fisioterapia do Trabalho do CREFITO 1". Auditório da Faculdade ASCES em Caruaru-PE. O evento contou com a participação do Auditor Fiscal do Trabalho Dr. Edson Cantarelli.
4. Lançamento da Cartilha de Fisioterapia do Trabalho para Empresas durante o I Encontro de Fisioterapia do Trabalho do CREFITO1.
5. Palestra sobre a Fisioterapia do trabalho e conquistas da Comissão de Fisioterapia do Trabalho do CREFITO1 no Congresso Nacional de Fisioterapia do Centro Universitário UNIT.

Comissão de saúde mental em fisioterapia e terapia ocupacional

1. Elaboração de uma cartilha de saúde mental para profissionais de fisioterapia e terapia ocupacional
2. Conclusão cartilha de saúde mental
3. I Encontro de Saúde Mental do CREFITO 1, aconteceu em outros Estados, nas cidades de Patos no dia 22 de outubro, no auditório da FIP, com a presença da Dra Manuela Daltro e Dra. Michele Bacurau, membros da Comissão de Saúde Mental. Em Maceió, também no dia 22 de outubro, na Faculdade Estácio de Alagoas, com os membros da Comissão, a Dra. Karini Omena, Dr. Murillo Nunes e a Dra. Alessandra Barbosa. E na cidade de Natal, no dia 26 de novembro, na UNP Salgado Filho, com a presença dos membros da Comissão, Dra. Manuela Daltro e Dra. Michele Bacurau.
4. Participação do I Congresso Nacional de Especialidades em Fisioterapia, na cidade de Patos-PB

Comissão de grupo de trabalho para crianças com síndrome congênita do zika vírus – área: fisioterapia

1. II Encontro de profissionais que assistem crianças e adolescentes, com ênfase na síndrome congênita do zika vírus
2. Elaboração do Caderno de Atenção Integral à Saúde da Criança no âmbito da Fisioterapia
3. Participação no Congresso Brasileiro de Fisioterapia - COBRAAF
4. Participação no Congresso Brasileiro de Fisioterapia Neurofuncional - COBRAFIN
5. Contribuição para o aplicativo para smartphone e tablet acessível a todos Amor Maior (AMMA)
6. Construção do Caderno de Atenção Integral à Saúde da Criança no âmbito da Fisioterapia

Comissão de honorários de fisioterapia

1. Orientar da importância de implantar o RNPF/Favorecer visão empresarial
2. Implantação da codificação própria da fisioterapia, do programa de qualificação das empresas de Fisioterapia
3. Orientar da importância de implantar o RNPF/Favorecer visão empresarial/Trabalhar a dignidade profissional e a melhoria dos serviços
4. Participação do processo construtivo da evolução da Fisio na ANS
5. Continuidade na divulgação e adoção do RNPF

Comissão de Controle Social

1. Participação de reuniões ordinárias e reuniões extraordinárias; Grupos de trabalhos, oficinas, fóruns e congressos.
2. Na comissão de fiscalização visitamos instituições de saúde e de assistência social que oferecem serviços à população com o objetivo de pesquisar como esses serviços são ofertados à população.
3. Na comissão de orçamento analisamos o emprego das verbas públicas nas políticas públicas.

Comissão de Ética e Deontologia

1. Emitir pareceres para dirimir conflitos éticos e deontológicos quando solicitado pela Presidência do CREFITO-1;
2. Acompanhar o trâmite dos Processos éticos disciplinares realizados pelo CREFITO-1;
3. Discutir e propor modificações das Resoluções emanadas pelo COFFITO- Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, quando solicitado.
4. Realização de TAC-s (Termo de ajustamento de conduta) com profissionais da Jurisdição de forma educativa com objetivo de diminuir a abertura de processos ético-disciplinares.
5. Oficinas de capacitação dos Responsáveis Técnicos dos 4 Estados da Jurisdição, com participação dos membros da Comissão de ética, conselheiros, profissionais e acadêmicos.
6. Criação da Cartilha de ética com os principais ilícitos cometidos pelos profissionais da Jurisdição.

Comissão de Desenvolvimento Científico e Educação

1. Criação do CREFITO Jovem que tem por objetivo proporcionar vivências a acadêmicos dos cursos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional existentes nos Estados circunscricionais ao CREFITO-1.
2. Participação da CDCE do CREFITO 1 no III Congresso Brasileiro de Educação em Fisioterapia em Brasília, que teve como tema: “Atenção Integral à Saúde e a formação do Fisioterapeuta: Reformulação das Diretrizes Curriculares Nacionais como estratégia para a (re)qualificação dos processos em saúde”.
3. Realização nos quatro estados da circunscrição de palestras, oficinas e demais

estratégias de discussão sobre a temática de educação em Fisioterapia nas Instituições de Ensino Superior.

Principais dificuldades encontradas para realização dos objetivos no exercício

Outras informações úteis para despertar a atenção dos usuários do relatório

3 - VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

INTRODUÇÃO SEÇÃO

DENOMINAÇÃO COMPLETA	Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região		
DENOMINAÇÃO ABREVIADA	CREFITO-1	CNPJ	11.425.519/0001-38
NATUREZA JURÍDICA	Autarquia Federal	CONTATO	(81) 3081-5000
CÓDIGO CNAE	84.11-6-00		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	crefito1@crefito1.org.br		
PÁGINA INTERNET	http://www.crefito1.org.br		
ENDEREÇO POSTAL	Rua henrique dias, 303		
CIDADE	Recife	UF	PE
BAIRRO	Boa Vista	CEP	50070140
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	https://www.facebook.com/Crefito1/ https://www.instagram.com/crefito1/ https://twitter.com/crefito_1 https://www.youtube.com/channel/UCEI2IAH6gWKa749SqSO0Akg		

3.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região - CREFITO-1, integrante do Sistema COFFITO/CREFITOs, tem como finalidades principais: Função cartorária no ato do registro profissional, emissão de carteiras e credenciais autorizando o exercício legítimo do exercício da profissão, função de Tribunal de Ética, fiscalização, orientar, disciplinar e supervisionar o exercício da profissão de fisioterapeuta e de terapeuta ocupacional, pessoas físicas e jurídicas, no âmbito dos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas.

3.2 NORMAS

O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região - CREFITO-1 foi criado através da Resolução COFFITO nº 01 de 1977, e instalado conforme a ata do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, em dezembro de 1978, tendo como fundamentação legal o inciso IV do artigo 5, da Lei nº 6316/75 de 17 de dezembro de 1975. O CREFITO-1 tem circunscrição nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas.

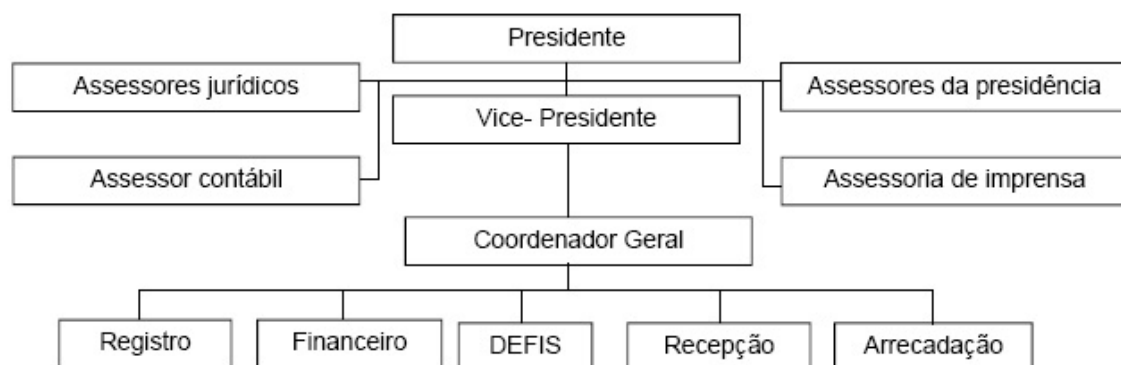
3.3 HISTÓRICO

O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região – CREFITO-1 é uma Autarquia Federal criada pela Lei nº 6316, de 17 de dezembro de 1975. O desvinculo institucional do Ministério do Trabalho, obtido em 18 de setembro de 1995, através da Lei nº 9098.

A configuração inicial do Sistema Autárquico Federal COFFITO/CREFITO comportava três Regionais, com sedes respectivamente em Recife – CREFITO 1, Rio de Janeiro – CREFITO 2 e São Paulo CREFITO 3. Atualmente a circunscrição do CREFITO-1 abrange os seguintes estados: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas. Estruturado em cinco delegacias, sendo três delas nas capitais (Natal RN, Maceió AL e João Pessoa PB) e duas em cidades do interior (Caruaru PE e Campina Grande PB). A Sede está situada na cidade de Recife, devido sua histórica criação e maior quantitativo de profissionais, em relação aos quatro estados da circunscrição.

É de responsabilidade do CREFITO-1 normatizar e exercer o controle ético, científico e social das atividades de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional e das empresas prestadoras de tais tipicidades assistenciais ao meio social. Além de suas funções típicas, fiscalizatória e cartorial, o CREFITO-1 em sua estrutura conta com o apoio das comissões, que estruturam os processos de regulamentação das profissões de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

3.4 ORGANOGRAMA



4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

INTRODUÇÃO SEÇÃO

O CREFITO-1 em sua gestão interpreta e executa o planejamento organizacional norteados pelos princípios da administração pública: Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O conjunto de ações objetivadas pela gestão do CREFITO-1 vem propiciando o fluxo nos processos de comunicação interna e externa, organização, resultados positivos na gestão financeira e redução dos custos na execução das atividades.

O planejamento organizacional encontra-se não apenas nos atos administrativos mas vinculados nas ações das Comissões estimuladas, apoiadas e orientadas pela gestão.

4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

O planejamento anual é realizado pelo Colegiado com acompanhamento direto da execução pela Diretoria.

No exercício 2016, reforçamos e amadurecemos os seguintes itens:

- a) Departamento de fiscalização: Ações de orientações a sociedade e profissionais.
- b) Ações administrativas visando à redução da inadimplência por parte dos profissionais inscritos neste Regional.
- c) Promoção de eventos: Realização de eventos objetivando o aprimoramento dos profissionais.
- d) Participação em reuniões destinadas ao esclarecimento das normas do exercício das profissões do fisioterapeuta e do terapeuta ocupacional.
- e) Fortalecimento das Comissões.

4.1.1 OBJETIVOS DO EXERCÍCIO



MAPA ESTRATÉGICO 2015-2018



crefito1
CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E
TERAPIA OCUPACIONAL DA PRIMEIRA REGIÃO

MISSÃO

Garantir à sociedade a excelência do exercício da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional, promovendo ações políticas, regulamentadoras, educativas e fiscalizadoras pautadas na ética, dignidade e valorização profissional.

VISÃO

Ser reconhecido socialmente como uma Instituição de excelência e inovação de forma descentralizada na valorização da Fisioterapia e Terapia Ocupacional e proteção à sociedade.

RESULTADOS

EXCELÊNCIA DO SERVIÇO

- Garantir a qualidade dos serviços prestados
- Integrar as ações setoriais do CREFITO-1
- Contribuir para a valorização profissional

PROCESSOS INTERNOS

• Atendimento

- ° Acolher o profissional frente às suas necessidades e promover as devidas orientações/ resoluções
- ° Ampliar a integração entre os setores

• Registro

Promover inscrição/ registro/ cadastro de pessoa física e pessoa jurídica, obedecendo protocolos e fluxos específicos de forma célere.

• Fiscalização

- ° Ampliar a fiscalização
- ° Promover ações de planejamento, organização de processo de trabalho, acompanhamento do trâmite administrativo, sistematização de resultados intersetorialmente.

• Orçamento e Finanças

Desenvolver ações organizacionais deliberativas das finanças observando o fluxo da arrecadação, pagamentos, planejamento financeiro e aquisição de bens.

• Comissões

- ° Efetivar e implementar as comissões do CREFITO-1
- ° Facilitar a articulação entre comissões, ouvidoria e setores do CREFITO-1.

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Prestação de Serviço de Qualidade

Garantir a potencialização e reconhecimento social do conselho e das profissões

Valorização Profissional

Garantir a potencialização e reconhecimento social do conselho e das profissões

Inovação Tecnológica e Adequação das Ferramentas Existentes

- aquisição e adequação de ferramentas tecnológicas.

VALORES: ÉTICA, COMPROMISSO, RESPEITO, RESPONSABILIDADE E INOVAÇÃO

*Planejamento estratégico
Gestão 2015/2018*

4.1.2 COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

Introdução

A competência institucional é regida pela Lei N. 6.316 -17 de dezembro de 1975 que incumbência de fiscalizar o exercício das profissões de Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional definidas no Decreto-lei nº 938, de 13 de outubro de 1969.

Missão/Finalidade institucional

Competências Legais

Temos como responsabilidade:

- I- eleger, dentre os seus membros, por maioria absoluta, o seu Presidente e o Vice-Presidente;
- II - expedir a carteira de identidade profissional e o cartão de identificação aos profissionais registrados;
- III - fiscalizar o exercício profissional na área de sua jurisdição, representando, inclusive, às autoridades competentes, sobre os fatos que apurar e cuja solução ou repressão não seja de sua alçada;
- IV - cumprir e fazer cumprir as disposições desta Lei, das resoluções e demais normas baixadas pelo Conselho Federal;
- V - funcionar como Tribunal Regional de Ética, conhecendo, processando e decidindo os casos que lhe forem submetidos;
- VI - elaborar a proposta de seu Regimento, bem como as alterações, submetendo-a à aprovação do Conselho Federal;
- VII - propor ao Conselho Federal as medidas necessárias ao aprimoramento dos serviços e do sistema de fiscalização do exercício profissional;
- VIII - aprovar a proposta orçamentária e autorizar a abertura de créditos adicionais e as operações referentes a mutações patrimoniais;
- IX - autorizar o Presidente a adquirir, onerar ou alienar bens imóveis;
- X - arrecadar anuidades, multas, taxas e emolumentos e adotar todas as medidas destinadas a efetivação de sua receita, destacando e entregando ao Conselho Federal as importâncias correspondentes a sua participação legal;
- XI - promover, perante o juízo competente, a cobrança das importâncias correspondentes a anuidades, taxas, emolumentos e multas, esgotados os meios de cobrança amigável;
- XII - estimular a exação no exercício da profissão, velando pelo prestígio e bom conceito dos que a exercem;
- XIII - julgar as infrações e aplicar as penalidades previstas nesta Lei e em normas complementares do Conselho Federal;
- XIV - emitir parecer conclusivo sobre prestação de contas a que esteja obrigado;
- XV - publicar, anualmente, seu orçamento e respectivos créditos adicionais, os balanços, a execução orçamentária, o relatório de suas atividades e a relação dos profissionais registrados.

Análise crítica

4.2 RESULTADOS

Diante da função institucional do CREFITO-1, preconizada na Lei 6316/75, que prevê a Fiscalização dos serviços de fisioterapia e terapia ocupacional, no intuito de garantir à sociedade uma assistência de qualidade, e, dessa forma, zelando pelo prestígio e bom nome das profissões, este Regional mensura seus feitos através de indicadores qualitativos, são eles:

a) Aumento no número de vagas para fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais no atendimento ao paciente/cliente/usuário:

b) Intervenções jurídicas em concursos públicos com abertura de novas vagas e ajuste na jornada de trabalho, propiciando qualidade no trabalho executado pelos profissionais e atendimento digno a população;

c) Aperfeiçoamento em análise interna de processos éticos-disciplinares;

Os indicadores qualitativos buscam mostrar os impactos positivos causados pelas ações listadas no contexto, avaliando os resultados das ações planejadas.

4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

Quanto ao Desempenho Orçamentário, a entidade realizou transmutações, já prevista no orçamento, na ordem de R\$ 2.167.107,47, devidamente translocados em rubricas que tiveram seus gastos inferiores ao previsto no orçamento inicial.

4.3.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Conta contábil	Dotação Inicial		Suplementação		Redução		Orçado Final	
	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual
6.2.1.1 - RECEITA A REALIZAR	6.053.635,95	7.349.214,88	1.100.000,00	0,00	0,00	0,00	7.153.635,95	7.349.214,88
6.2.1.1.1 - RECEITA CORRENTE	6.053.635,95	7.349.214,88	1.100.000,00	0,00	0,00	0,00	7.153.635,95	7.349.214,88
6.2.1.1.1.02 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	5.396.483,17	6.500.659,06	1.100.000,00	0,00	0,00	0,00	6.496.483,17	6.500.659,06
6.2.1.1.1.02.01 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	5.396.483,17	6.500.659,06	1.100.000,00	0,00	0,00	0,00	6.496.483,17	6.500.659,06
6.2.1.1.1.02.01.01 - ANUIDADES	5.396.483,17	6.500.659,06	1.100.000,00	0,00	0,00	0,00	6.496.483,17	6.500.659,06
6.2.1.1.1.04 - RECEITA PATRIMONIAL	22.776,52	25.395,82	0,00	0,00	0,00	0,00	22.776,52	25.395,82
6.2.1.1.1.04.01 - RECEITAS IMOBILIÁRIAS	22.776,52	25.395,82	0,00	0,00	0,00	0,00	22.776,52	25.395,82
6.2.1.1.1.05 - RECEITA DE SERVIÇOS	352.024,23	344.160,00	0,00	0,00	0,00	0,00	352.024,23	344.160,00
6.2.1.1.1.05.01 - EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	141.375,10	163.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	141.375,10	163.000,00
6.2.1.1.1.05.02 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	95.109,23	118.760,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95.109,23	118.760,00
6.2.1.1.1.05.03 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	72.591,47	49.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72.591,47	49.050,00
6.2.1.1.1.05.04 - RENDAS DE OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
6.2.1.1.1.05.07 - RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	42.948,43	10.350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.948,43	10.350,00

6.2.1.1.1.06 - FINANCEIRAS	115.193,21	222.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115.193,21	222.500,00
6.2.1.1.1.06.02 - JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	104.327,67	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	104.327,67	140.000,00
6.2.1.1.1.06.05 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	10.865,54	82.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.865,54	82.500,00
6.2.1.1.1.06.05.04 - MULTAS SOBRE ANUIDADES	10.865,54	26.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.865,54	26.500,00
6.2.1.1.1.06.05.07 - REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	56.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.000,00
6.2.1.1.1.08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	167.158,82	256.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	167.158,82	256.500,00
6.2.1.1.1.08.01 - DÍVIDA ATIVA	158.335,21	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	158.335,21	250.000,00
6.2.1.1.1.08.02 - MULTAS DE INFRAÇÕES	8.823,61	6.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.823,61	6.500,00
6.2.2.1 - DISPONIBILIDADES DE CREDITO	6.053.635,95	7.349.214,88	3.768.196,00	2.167.107,47	2.668.196,00	2.167.107,47	7.153.635,95	7.349.214,88
6.2.2.1.1 - CRÉDITO DISPONÍVEL DA DESPESA	6.053.635,95	7.349.214,88	3.768.196,00	2.167.107,47	2.668.196,00	2.167.107,47	7.153.635,95	7.349.214,88
6.2.2.1.1.01 - CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	5.413.472,99	6.572.047,44	3.393.196,00	2.163.107,47	2.049.896,00	1.530.046,14	6.756.772,99	7.205.108,77
6.2.2.1.1.01.01 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.978.796,39	2.402.292,78	1.195.000,00	397.000,00	1.274.846,00	363.214,65	1.898.950,39	2.436.078,13
6.2.2.1.1.01.01.01 - REMUNERAÇÃO PESSOAL	1.544.271,75	1.874.772,63	1.195.000,00	397.000,00	1.224.846,00	274.214,65	1.514.425,75	1.997.557,98
6.2.2.1.1.01.01.02 - ENCARGOS PATRONAIS	434.524,64	527.520,15	0,00	0,00	50.000,00	89.000,00	384.524,64	438.520,15
6.2.2.1.1.01.03 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	182.220,00	35.000,00	0,00	0,00	182.220,00	35.000,00
6.2.2.1.1.01.03.05 - FINANCEIRAS	0,00	0,00	182.220,00	20.000,00	0,00	0,00	182.220,00	20.000,00
6.2.2.1.1.01.03.08 - JUROS E ENCARGOS DE MORA DE	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00

OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS								
6.2.2.1.1.01.04 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.434.676,60	4.169.754,66	2.015.976,00	1.731.107,47	775.050,00	1.166.831,49	4.675.602,60	4.734.030,64
6.2.2.1.1.01.04.01 - BENEFÍCIOS A PESSOAL	281.745,27	342.043,45	173.000,00	2.000,00	28.100,00	81.516,58	426.645,27	262.526,87
6.2.2.1.1.01.04.02 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	4.631,59	5.622,83	20.000,00	0,00	4.500,00	0,00	20.131,59	5.622,83
6.2.2.1.1.01.04.03 - USO DE BENS E SERVIÇOS	914.139,34	1.109.780,43	259.600,00	197.000,00	134.300,00	307.173,46	1.039.439,34	999.606,97
6.2.2.1.1.01.04.03.001 - MATERIAL DE CONSUMO	257.489,46	312.596,52	31.650,00	20.000,00	85.900,00	105.000,00	203.239,46	227.596,52
6.2.2.1.1.01.04.03.004 - SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	133.585,03	162.174,46	75.000,00	0,00	18.000,00	162.173,46	190.585,03	1,00
6.2.2.1.1.01.04.03.006 - DIÁRIAS/AUXÍLIOS REPRESENTAÇÕES E JETONS	523.064,85	635.009,45	145.000,00	170.000,00	30.400,00	40.000,00	637.664,85	765.009,45
6.2.2.1.1.01.04.03.008 - HOSPEDAGENS E ALIMENTAÇÃO	0,00	0,00	7.950,00	7.000,00	0,00	0,00	7.950,00	7.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04 - SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	955.035,24	1.159.428,70	717.920,00	291.516,58	437.300,00	276.352,19	1.235.655,24	1.174.593,09
6.2.2.1.1.01.04.05 - TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	26.415,83	32.069,26	0,00	71.100,00	5.500,00	25.869,26	20.915,83	77.300,00
6.2.2.1.1.01.04.05.001 - TRIBUTOS	26.415,83	32.069,26	0,00	71.100,00	5.500,00	25.869,26	20.915,83	77.300,00
6.2.2.1.1.01.04.06 - DEMAIS DESPESAS CORRENTES	4.734,18	5.747,37	376.000,00	549.800,00	72.650,00	45.000,00	308.084,18	510.547,37
6.2.2.1.1.01.04.07 - SERVIÇOS BANCÁRIOS	101.200,00	122.858,49	258.956,00	619.690,89	90.000,00	160.149,00	270.156,00	582.400,38
6.2.2.1.1.01.04.08 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.146.775,15	1.392.204,13	210.500,00	0,00	2.700,00	270.771,00	1.354.575,15	1.121.433,13

6.2.2.1.1.01.04.08.001 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	1.146.775,15	1.392.204,13	210.500,00	0,00	2.700,00	270.771,00	1.354.575,15	1.121.433,13
6.2.2.1.1.02 - CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	640.162,96	777.167,44	375.000,00	4.000,00	618.300,00	637.061,33	396.862,96	144.106,11
6.2.2.1.1.02.01 - INVESTIMENTOS	277.555,52	336.954,03	25.000,00	0,00	269.300,00	211.061,33	33.255,52	125.892,70
6.2.2.1.1.02.01.01 - OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	80.000,00	97.121,33	0,00	0,00	80.000,00	97.121,33	0,00	0,00
6.2.2.1.1.02.01.03 - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	197.555,52	239.832,70	25.000,00	0,00	189.300,00	113.940,00	33.255,52	125.892,70
6.2.2.1.1.02.03 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	362.607,44	440.213,41	350.000,00	4.000,00	349.000,00	426.000,00	363.607,44	18.213,41
6.2.2.1.1.02.03.01 - AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	362.607,44	440.213,41	350.000,00	4.000,00	349.000,00	426.000,00	363.607,44	18.213,41

4.3.2 TRANSFERÊNCIAS

Não houve transferência de recurso no exercício de 2016.

4.3.3 RECEITAS

Conta contábil	Orçado (dotações + reformulações + transposições até 31/12)	Receita Bruta (total das receitas efetivas)	Diferença (Orçado - Arrecadado)
6.2.1.2 - 6.2.1.2 - RECEITA REALIZADA	7.349.214,88	6.026.618,36	1.322.596,52
6.2.1.2.1 - 6.2.1.2.1 - RECEITA CORRENTE	7.349.214,88	6.026.618,36	1.322.596,52
6.2.1.2.1.02 - 6.2.1.2.1.02 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	6.500.659,06	4.718.062,21	1.782.596,85
6.2.1.2.1.02.01 - 6.2.1.2.1.02.01 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	6.500.659,06	4.718.062,21	1.782.596,85
6.2.1.2.1.02.01.01 - 6.2.1.2.1.02.01.01 - ANUIDADES	6.500.659,06	4.718.062,21	1.782.596,85
6.2.1.2.1.02.01.01.001 - 6.2.1.2.1.02.01.01.001 - Anuidades PF do Exercício	5.465.978,31	4.247.223,22	1.218.755,09
6.2.1.2.1.02.01.01.002 - 6.2.1.2.1.02.01.01.002 - Anuidades PJ do Exercício	858.680,75	218.734,95	639.945,80
6.2.1.2.1.02.01.01.003 - 6.2.1.2.1.02.01.01.003 - Anuidades PF de Exercícios Anteriores	100.000,00	243.912,99	-143.912,99
6.2.1.2.1.02.01.01.004 - 6.2.1.2.1.02.01.01.004 - Anuidades PJ de Exercícios Anteriores	76.000,00	8.191,05	67.808,95
6.2.1.2.1.04 - 6.2.1.2.1.04 - RECEITA PATRIMONIAL	25.395,82	0,00	25.395,82
6.2.1.2.1.04.01 - 6.2.1.2.1.04.01 - RECEITAS IMOBILIÁRIAS	25.395,82	0,00	25.395,82
6.2.1.2.1.04.01.02 - 6.2.1.2.1.04.01.02 - Correção Monetária-Caderneta de Poupança	25.395,82	0,00	25.395,82
6.2.1.2.1.05 - 6.2.1.2.1.05 - RECEITA DE SERVIÇOS	344.160,00	562.517,57	-218.357,57
6.2.1.2.1.05.01 - 6.2.1.2.1.05.01 - EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	163.000,00	221.079,32	-58.079,32
6.2.1.2.1.05.01.01 - 6.2.1.2.1.05.01.01 - Inscrição PF	145.000,00	197.394,60	-52.394,60
6.2.1.2.1.05.01.02 - 6.2.1.2.1.05.01.02 - Inscrição PJ	18.000,00	23.684,72	-5.684,72
6.2.1.2.1.05.02 - 6.2.1.2.1.05.02 - EMOLUMENTOS COM	118.760,00	237.419,32	-118.659,32

EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS			
6.2.1.2.1.05.02.01 - 6.2.1.2.1.05.02.01 - Carteiras PF	118.760,00	237.419,32	-118.659,32
6.2.1.2.1.05.03 - 6.2.1.2.1.05.03 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	49.050,00	34.654,81	14.395,19
6.2.1.2.1.05.03.01 - 6.2.1.2.1.05.03.01 - Certidões PF	31.050,00	0,00	31.050,00
6.2.1.2.1.05.03.02 - 6.2.1.2.1.05.03.02 - Certidões PJ	18.000,00	34.654,81	-16.654,81
6.2.1.2.1.05.04 - 6.2.1.2.1.05.04 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIFICADOS	3.000,00	69.364,12	-66.364,12
6.2.1.2.1.05.04.01 - 6.2.1.2.1.05.04.01 - Outras Rendas	3.000,00	69.364,12	-66.364,12
6.2.1.2.1.05.07 - 6.2.1.2.1.05.07 - RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	10.350,00	0,00	10.350,00
6.2.1.2.1.05.07.01 - 6.2.1.2.1.05.07.01 - Anuncios	2.350,00	0,00	2.350,00
6.2.1.2.1.05.07.02 - 6.2.1.2.1.05.07.02 - Mala Direta	3.500,00	0,00	3.500,00
6.2.1.2.1.05.07.06 - 6.2.1.2.1.05.07.06 - Xerox	500,00	0,00	500,00
6.2.1.2.1.05.07.07 - 6.2.1.2.1.05.07.07 - Outras Receitas Diversas	4.000,00	0,00	4.000,00
6.2.1.2.1.06 - 6.2.1.2.1.06 - FINANCEIRAS	222.500,00	270.282,38	-47.782,38
6.2.1.2.1.06.02 - 6.2.1.2.1.06.02 - JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	140.000,00	228.829,81	-88.829,81
6.2.1.2.1.06.02.01 - 6.2.1.2.1.06.02.01 - Juros s/Anuidades	140.000,00	228.829,81	-88.829,81
6.2.1.2.1.06.05 - 6.2.1.2.1.06.05 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	82.500,00	41.452,57	41.047,43
6.2.1.2.1.06.05.04 - 6.2.1.2.1.06.05.04 - MULTAS SOBRE ANUIDADES	26.500,00	41.452,57	-14.952,57
6.2.1.2.1.06.05.04.001 - 6.2.1.2.1.06.05.04.001 - Multas s/Anuidades	26.500,00	41.452,57	-14.952,57
6.2.1.2.1.06.05.07 - 6.2.1.2.1.06.05.07 - REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	56.000,00	0,00	56.000,00
6.2.1.2.1.06.05.07.002 - 6.2.1.2.1.06.05.07.002 - Aplicação em CDB/RDB	0,00	0,00	0,00

6.2.1.2.1.06.05.07.004 - 6.2.1.2.1.06.05.07.004 - Outras Receitas Patrimoniais	56.000,00	0,00	56.000,00
6.2.1.2.1.08 - 6.2.1.2.1.08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	256.500,00	475.756,20	-219.256,20
6.2.1.2.1.08.01 - 6.2.1.2.1.08.01 - DÍVIDA ATIVA	250.000,00	433.776,31	-183.776,31
6.2.1.2.1.08.01.01 - 6.2.1.2.1.08.01.01 - Divida Ativa em Fase Administrativa	250.000,00	433.477,59	-183.477,59
6.2.1.2.1.08.01.02 - 6.2.1.2.1.08.01.02 - Divida Ativa em Fase Executiva	0,00	298,72	-298,72
6.2.1.2.1.08.02 - 6.2.1.2.1.08.02 - MULTAS DE INFRAÇÕES	6.500,00	41.979,89	-35.479,89
6.2.1.2.1.08.02.01 - 6.2.1.2.1.08.02.01 - Multas pelo Exerc. Ilegal da Profissão Liberal	6.500,00	11.481,31	-4.981,31
6.2.1.2.1.08.02.02 - 6.2.1.2.1.08.02.02 - Multas s/ Eleicoes	0,00	30.498,58	-30.498,58

4.3.4 DESPESAS

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Rp. não processado		Valores Pagos	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
1. Despesa de Pessoal								
Demais elementos do grupo	1.237.704,95	1.861.635,54	1.237.704,95	1.861.635,54	0,00	0,00	1.237.704,95	1.861.635,54
2. Juros e Encargos da Dívida								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes								
6.2.2.1.1.01.04.03.006.002 - Diárias a Conselheiros	316.079,25	365.204,71	316.079,25	365.204,71	0,00	0,00	316.079,25	365.204,71
6.2.2.1.1.01.04.03.006.003 - Diárias a Colaboradores	97.332,93	89.813,87	97.332,93	89.813,87	0,00	0,00	97.332,93	89.813,87
6.2.2.1.1.01.04.03.006.004 - Auxílio Representação a Conselheiros	53.825,00	154.415,82	53.825,00	154.415,82	0,00	0,00	53.825,00	154.415,82
6.2.2.1.1.01.04.04.010 - Serviços de Telecomunicações	109.395,50	116.496,21	109.395,50	116.496,21	0,00	0,00	109.395,50	116.496,21
6.2.2.1.1.01.04.04.013 - Passagens Aereas, Terrestres e Maritimas	179.789,99	142.921,00	179.789,99	142.921,00	0,00	0,00	179.789,99	142.921,00
6.2.2.1.1.01.04.04.017 - Serviços de Divulgação, Public. e Publicidade	0,00	178.741,06	0,00	178.741,06	0,00	0,00	0,00	178.741,06
6.2.2.1.1.01.04.06.003 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	154.560,00	0,00	154.560,00	0,00	0,00	0,00	154.560,00
6.2.2.1.1.01.04.06.004 - Despesas Miúdas de Pronto Pagamento	106.855,32	130.487,88	106.855,32	130.487,88	0,00	0,00	106.855,32	130.487,88
6.2.2.1.1.01.04.07.002 - Tarifas sobre Cobrança	69.058,90	497.903,25	69.058,90	497.903,25	0,00	0,00	69.058,90	497.903,25
6.2.2.1.1.01.04.08.001.001 - Cota-Parte do	1.074.428,97	1.110.174,36	1.074.428,97	1.110.174,36	0,00	0,00	1.074.428,97	1.110.174,36

Conselho Federal								
Demais elementos do grupo	1.502.751,40	802.746,07	1.502.751,40	802.746,07	0,00	0,00	1.502.751,40	802.746,07
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Rp. não processado		Valores Pagos	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
4. Investimentos								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5. Inversões Financeiras								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida								
Demais elementos do grupo	361.556,82	17.948,16	361.556,82	17.948,16	0,00	0,00	361.556,82	17.948,16

ANEXO I - Despesas Totais por Modalidade de Contratação.pdf - Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Vide anexo do tópico 4.3.4 na sessão 11

4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL

O desempenho operacional foi realizado pelo corpo de funcionários, fiscais, assessores, conselheiros e diretores. Os dados constam no relatório em anexo sobre a atividade fim do Conselho.

4.5 INDICADORES

Os indicadores de desempenho convergem para:

- a) Referencia no Sistema COFFITO/CREFITOs como um dos Conselhos Regionais de melhores resultados na fiscalização do exercício profissional.
- b) Aumento no numero de inscritos nos fóruns , instruindo e reforçando resoluções e suas atualizações acarretando na diminuição de ações irregulares ou ilegais em suas equipes de trabalho.
- c) Aumento nas consultas jurídicas para dirimir duvidas dos profissionais e população referentes a fisioterapia e terapeuta ocupacional.
- d) Diminuição de inadimplentes devido as ações de politicas públicas.

**Despesas Totais por Modalidade de
Contratação.pdf - Despesas Totais por
Modalidade de Contratação - Anexo do
tópico 4.3.4**

Despesas por Modalidade de Licitação

Modalidade Contratação	Despesa Liquidada						Despesa Paga					
	2016			2015			2016			2015		
	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g+h)												
a) Convite	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
b) Tomada de Preços	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
c) Concorrência	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
d) Pregão	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
e) Concurso	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
f) Consulta	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
	0	0,00	0,0	0	0,00	0,0	0	0,00	0,0	0	0,00	0,0
2. Contratações Diretas (i+j)												
i) Dispensa	0	0,00	0	180	76.587,26	1,40	0	0,00	0	2	76.587,26	1,40
j) Inexigibilidade	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
	0	0,00	0,0	180	76.587,26	1,4	0	0,00	0,0	2	76.587,26	1,4
3. Regime de Execução Especial												
k) Suprimento de Fundos	188	119.293,75	1,99	163	105.355,32	1,92	106	119.293,75	1,99	102	105.355,32	1,92
	188	119.293,75	2,0	163	105.355,32	1,9	106	119.293,75	2,0	102	105.355,32	1,9
4. Pagamento de Pessoal (l+m)												
l) Pagamento em Folha	910	2.229.300,95	37,10	263	1.049.145,70	19,15	10	2.229.300,95	37,10	11	1.049.145,70	19,15
m) Diárias	447	435.986,61	7,26	0	0,00	0	2	435.986,61	7,26	0	0,00	0
	1.357	2.665.287,56	44,4	263	1.049.145,70	19,2	12	2.665.287,56	44,4	11	1.049.145,70	19,2
5. Total												
	1545	2.784.581,31	46,34	606	1.231.088,28	22,47	118	2.784.581,31	46,34	115	1.231.088,28	22,47
6. Total Geral												
	3245	6.009.450,75	100	2877	5.478.743,72	100	196	6.009.450,75	100	225	5.478.743,72	100

5 - GOVERNANÇA

5.1 GOVERNANÇA

Estrutura de governança da entidade:

- a) Comissão de Tomada de Contas: Verificação dos processos financeiros contábeis.
- b) Ouvidoria: Realizada pela assessoria jurídica, responsável pelo atendimento ao público de forma presencial ou eletrônica.
- c) Avaliação da gestão: Ocorre anualmente, na última reunião plenária , quando as ações desenvolvidas são discutidas, sendo mantidas para o próximo ano quando atingem boa avaliação do Plenário do CREFITO-1 e modificadas ou excluídas quando na avaliação não atingiram os objetivos propostos.
- d) Desempenho dos funcionários: Com a implantação do PCS, Plano cargo e salário, o CREFITO-1 administra de forma mais eficiente e eficaz sua força de trabalho. Valorizando o conhecimento, as habilidades, a qualificação e o desempenho de seus funcionarios.

5.2 DIRIGENTES

PRESIDENTE: Dr.Silano Souto Mendes Barros

VICE-PRESIDENTE: Dra.Leiliane Helena Gomes

DIRETORA SECRETARIA: Dra.Rosilda Argolo

DIRETOR TESOUREIRO: Dr. Flávio Maciel

CONSELHEIROS EFETIVOS: Francisca Rêgo Oliveira de Araújo /Iara Lucena Barbosa de Lima / Rosilda de Almeida Argolo/ Talita Santos Camêllo / Valderlene Guimarães Santos/ Eliete Moreira Colaço

CONSELHEIROS SUPLENTE: Amanda Cavalcanti Belo / Charlles Petterson Andrade de Omena / Cinthia Rodrigues V. Câmara / Dimitri Taurino Guedes / Francimar Ferrari Ramos /Joana Valeriano de Almeida /Aguiar e Silva / Maria José Ribeiro Tavares / Tarcísio Fulgêncio Alves da Silva / Tereza Cristina Rocha Pedroza

ASSESSORIA JURÍDICA: Dr. Carlos Alberto Lopes dos Santos / Dra. Nadja Fragoso Pimentel /Dr. Marcelo Dourado

ASSESSORIA CONTÁBIL: Pedro Pimentel

5.3 AUDITORIA

O CREFITO-1 busca no controle interno a melhoria de suas ações, não apenas, observando mas indaga, questiona ou verifica as ações ou objetivos já alcançados pelo planejamento.

O controle propõe alterações e norteia futuras ações em sua execução/feedback ou solicita alteração nas normas vigentes em busca de subsidiar a gestão em suas decisões para maior eficiência e eficácia dos controles internos.

Referente à prestação de conta, o CREFITO 1, conta com CTC - A COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que acompanha a gestão financeira do CREFITO-1, avaliando toda a documentação contábil, elaborando relatório e identificando falhas nos processos administrativos. O relatório é encaminhado à presidência que apresenta em reunião de diretoria e aos setores competentes, estipulando prazo para as devidas correções, identificação do responsável pela falha e devolução de respostas à Comissão. Os relatórios da CTC, também, são apresentados nas Reuniões Plenárias do CREFITO-1 para ciência de todos os conselheiros.

As ações de fiscalização são acompanhadas pela coordenadora do DEFIS, Departamento de Fiscalização, desde o auto de infração emitido em visita externa concluindo-se com despacho interno na resolução da irregularidade identificada pelo Fiscal. Este controle propicia números quantitativos de irregularidades separadas por Estado/Cidade, ocasionando novos estudos sobre o planejamento de fiscalização e possíveis identificações das causas de irregularidade fundamentadas pelo contexto da cidade/estado.

No jurídico, as intervenções em concursos, empresas privadas e públicas são quantificadas e analisadas em caso de sucesso ou não. Diante do relatório apresentado a diretoria inicia-se as sugestões e relatos.

Diante o exposto, todas as ações possuem um ciclo a ser fechado, analisado e exposto, justificando os investimentos e ações propostas no início da gestão.

5.4 APURAÇÕES

Em relação aos procedimentos administrativos para correção de erros, descumprimento de funções ou ilícitos, o CREFITO-1 possui um coordenador geral que monitora o desempenho dos funcionários e quando identificados problemas no desempenho de suas funções são adotadas medidas que abrangem desde a advertência verbal, advertência por escrito, até a abertura de processo administrativo, podendo ou não levar a uma suspensão ou demissão.

Quanto a ilícitos, não foi identificada essa situação nessa gestão.

5.5 GESTÃO RISCOS

O CREFITO-1 em sua estrutura de execução elenca responsáveis por ações, setores ou departamentos. A descentralização do monitoramento propicia maior análise nos âmbitos político, financeiro e administrativo. Desta forma a Diretoria encontra-se irrigada de informações pertinentes para tomada de decisões, deliberando sobre possíveis ajustes no planejamento ou na própria execução em andamento, mitigando os riscos.

Desta forma a tomada de decisão pela Diretoria do CREFITO-1 é composta por análise jurídica, técnica e financeira assegurando de forma satisfatória a utilização dos recursos captados para atender a finalidade e competências institucionais.

5.6 REMUNERAÇÕES

Não possuem remuneração fixa, apenas diárias e auxílio representação.

5.7 AUDITORIA INDEPENDENTE

Não houve contratação de empresa ou auditor independente para o exercício de 2016.

6 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

INTRODUÇÃO SEÇÃO

O CREFITO-1 no exercício 2016 esteve orientado pelo PCCS. Desta forma administrando e monitorando os recursos atendendo as necessidades da estrutura no cumprimento de suas funções.

6.1 GESTÃO DE PESSOAS

A Gestão de Pessoas do CREFITO-1 é gerida pelo coordenador geral, responsável por administrar e gerir o capital humano. Norteados pelo PCCS como instrumento para incentivar um melhor desempenho dos seus funcionários contribuindo com a qualidade e melhorias dos serviços prestados e estimulando o desenvolvimento das habilidades pessoais e profissionais.

6.1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL

Força de trabalho da UPC

Introdução

O CREFITO-1 apresenta distribuição de sua força de trabalho entre a sede e delegacias, abrangendo as regiões metropolitanas como também ao interior dos estados da jurisdição, almejando a qualidade do serviço prestado no controle ético, científico e social das atividades de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional e das empresas prestadoras de tais tipicidades assistenciais ao meio social.

Análise Crítica

Considerando a jurisdição atendida pelo CREFITO-1 e verificando-se a necessidade de novas contratações para suprir a demandas crescente de fiscalizações, institui para 2017 as contratações por intermédio de concurso público para suprir a demanda e continuidade dos serviços prestados baseados pelo planejamento financeiro e organizacional.

Tipologia do cargo	Lotação autorizada	Lotação efetiva	Ingresso no exercício	Egresso no exercício
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	22	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Membros de poder e agentes políticos	22	0	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	22	0	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	13	0	1	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	35	0	1	0

Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologia do cargo	Área Meio	Área Fim
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	17	22
1.1. Membros de poder e agentes políticos	17	0
1.2. Membros de poder e agentes políticos	0	22
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	22
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	13	0

3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	30	22

Detalhamento da estrutura da UPC

Introdução

Atualmente às instituições públicas brasileiras, visando a efetividade de suas ações, norteiam-se pela autorização do preenchimento de alguns cargos em comissão, mantidas as condições e percentuais

mínimos previstos em lei destinado às atribuições de direção, chefia e assessoramento. Adequando-se a realidade das instituições, o CREFITO-1 tem em seu quadro cargos em comissão norteados pelo PCCS.

Análise Crítica

No que tange a questão dos cargos comissionados, são adotadas e cumpridas todas as normas regidas pelo PCCS estabelecido, que respeita a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Art. 37 – inciso II e as demais legislações que versam sobre os cargos de livre nomeação e exoneração nas instituições públicas.

Tipologia do cargo	Lotação autorizada	Lotação efetiva	Ingresso no exercício	Egresso no exercício
1. Cargos em Comissão	22	0	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	22	0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	22	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	0	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2):	22	0	0	0

Análise Crítica

Quantidade de servidores frente às necessidades da unidade

O CREFITO-1 encontra-se em fase de análise de sua estrutura visando ações a médio e longo prazo. A elaboração de concurso público para preenchimento de vagas imediatas e cadastro reserva será realizado no ano de 2017.

Avaliação da distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim

O CREFITO-1 encontra-se investindo no quadro funcional, o planejamento estratégico realizado pela instituição busca discriminar em sua abordagem também a avaliação funcional. Desta forma a qualificação e mapeamento de profissionais nas áreas mencionadas estão sendo elencadas e posteriormente apresentadas a Diretoria para futuras deliberações, o CREFITO-1 apresenta de forma homogênea a distribuição de profissionais na áreas meio e fim.

Avaliação do número de servidores em cargos comissionados frente a não comissionados

Baseado no PCCS utilizado para nortear a política de gestão de pessoas, o CREFITO-1 encontra-se seguindo as diretrizes das devidas proporções dos cargos mencionados.

Impactos da aposentadoria sobre a força de trabalho disponível

No exercício 2016 não houve impacto de aposentadoria na força de trabalho.

Afastamentos que reduzem a força de trabalho e impactos nas atividades desenvolvidas

No exercício 2016 o CREFITO-1 no seu quadro funcional apresentou um afastamento de saúde por motivos não correspondente ao exercício da profissão. A ausência dos funcionários foi contornada com a distribuição de suas atividades aos servidores remanescentes.

6.1.2 DESPESA C/ PESSOAL

Despesas com Pessoal

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas variáveis						Despesas exercícios anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios assist. e previd.	Demais despesas var.			
Membros de poder e agentes políticos										
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade										
2016	1.017.210,24	0,00	106.664,39	68.336,88	0,00	18.941,86	0,00	0,00	0,00	1.211.153,37
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com órgão da unidade										
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEM VINCULO com a administração pública (exceto temporários)										
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores cedidos com ônus										
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores com contrato temporário										
2016	692.988,29	0,00	16.964,12	10.764,78	0,00	1.588,14	0,00	0,00	0,00	722.305,33

2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

O CREFITO-1 no exercicio 2016 esteve abaixo do limite de 40% orientado pelo PCCS, baseado pela arrecadação anual. Desta forma administrando e monitorando os recursos atendendo as necessidades da estrutura no cumprimento de suas funções.

6.1.3 GESTÃO DE RISCOS

O CREFITO-1 em sua gestão utiliza-se de reuniões periódicas avaliando as futuras ações ou ações executadas considerando os fatores de riscos internos e externos. Esta medida visa mitigar os fatores de riscos.

6.1.4 MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA

O CREFITO-1 no aguardo pela estudo e elaboração do edital para o concurso e objetivando a manutenção da prestação dos serviços prestados pela autarquia, mantém os contratos temporários para término em 2017 onde tomará posse os novos concursados.

6.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A coordenação geral dentre suas atribuições estuda e gerencia a implementação dos sistemas informatizados na instituição. A empresa contratada segue orientação para segurança e backup dos dados da autarquia. As ações planejadas pela gestão são alimentadas de informações emitidas pelo sistema interno de controle dos profissionais inscritos no Conselho, como também pessoas jurídicas.

Estas informações podem determinar quais setores estão com maior demanda, localização geográfica de nossos inscritos, situação pecuniária por Estado, dentre outros.

6.2.1 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

No CREFITO-1 o setor de TI não está vinculado a sua estrutura, as atribuições são exercidas por empresa contratada na sede e em suas delegacias por serviços avulsos de manutenção preventiva e corretiva.

Os programas utilizados para execução das atribuições pertencem as empresas terceirizadas, que fornecem suporte e atualizações no sistema conforme mudança na legislação ou necessidade interna da instituição.

7 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

7.1 CANAIS DE ACESSO

O CREFITO-1 em sua estrutura apresenta os seguintes canais de acesso:

a) Presencial:

I- Sede-Recife/PE: Situada em região metropolitana para atender aos profissionais locais e do Estado de Pernambuco PE.

II- Delegacia Caruaru PE: Situada no município para atender aos profissionais locais e cidades vizinhas.

III - Delegacia Alagoas: Situada em região metropolitana para atender ao estado de Maceió AL.

IV- Delegacia João Pessoa PB: Situada em região metropolitana para atender aos profissionais locais e do Estado de João Pessoa PB.

V- Delegacia Campina Grande PB: Situada no município para atender aos profissionais locais e cidades vizinhas.

VI - Delegacia Natal RN: Situada em região metropolitana para atender aos profissionais locais e do Estado do Rio Grande do Norte RN.

b) Eletrônico:

I - Contato via e-mail

II- Rede Social: Facebook

III - Site institucional

IV- Telefônico

7.2 PESQUISA SATISFAÇÃO

O CREFITO-1 em 2016 não utilizou a pesquisa de satisfação externa, contudo no âmbito interno os encontros para desenvolvimento estratégico contaram com a pesquisa para desenvolvimento da instituição.

7.3 TRANSPARÊNCIA

Com o princípio da transparência, o CREFITO-1 em seu site traz informações que podem ser consultadas em relatórios consolidados. O objetivo é permitir acesso mais rápido e claro aos documentos e dados relacionados a contratos, licitações, gastos com diárias e passagens, previsão orçamentária, servidores, entre outros.

7.4 ACESSIBILIDADE

O CREFITO-1 visando sua adaptação física e eletrônica busca contratação de profissionais especializados. A sede em sua estrutura física conta com rampa de acesso e sanitário adaptado contudo encontra-se em fase de análise na Prefeitura do município o projeto arquitetônico que reforça a acessibilidade.

8 - DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

8.1 DESEMPENHO FINANCEIRO

Para o exercício 2016 a estimativa de crescimento da arrecadação permaneceu, o objetivo foi alcançado mediante esforço institucional para manter as atividades fiscalizatórias, cartoriais e políticas que podem ser constatadas nos números apresentados neste relatório.

8.2 NCASP

Não realizamos o levantamento da depreciação , amortização dos bens patrimoniais e avaliação dos ativos e passivos da entidade, porém iremos adotar o procedimento estabelecido pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a partir do exercício de 2017, tendo em vista a Portaria N° 076/2016 datada em 23/05/2016, que estabelece a contratação de profisisonal para realização do levantamento patrimonial de todas as unidades (delegacias).

8.3 APURAÇÃO CUSTOS

Os custos e despesas foram realizados em regime de caixa e centralizados no âmbito da entidade sede em Recife/PE, fato que em exercício de 2016, foi realizadas as apurações dos custos e despesas de acordo com as Delegacias de Caruarú/PE, Maceió/AL, João Pessoa/PB, Campina Grande/PB e Natal/RN.

8.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nome	Descrição
Balanço Financeiro.pdf	Balanço Financeiro
Balanço Orçamentário.pdf	Balanço Orçamentário
Balanço Patrimonial.pdf	Balanço Patrimonial
Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf	Demonstrativo do Fluxo de Caixa
Demonstrativo das Variações Patrimoniais.pdf	Demonstrativo das Variações Patrimoniais

ANEXO - Balanço Financeiro.pdf - Balanço Financeiro - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

ANEXO - Balanço Orçamentário.pdf - Balanço Orçamentário - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

ANEXO - Balanço Patrimonial.pdf - Balanço Patrimonial - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

ANEXO - Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf - Demonstrativo do Fluxo de Caixa - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

ANEXO - Demonstrativo das Variações Patrimoniais.pdf - Demonstrativo das Variações Patrimoniais - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

1 - AVALIAÇÃO E REAVALIAÇÃO DOS BENS E DIREITOS DA ENTIDADE:

Considerando a Portaria Nº 076/2016 datada em 23/05/2016 emitida pelo CREFITO-1, onde estabelece que o Levantamento dos bens patrimoniais da entidade, concernente as delegacias de Caruarú/PE, Maceió/AL, João Pessoa/PB, Campina Grande/PB, Natal/RN e a sete em Recife/PE, será realizado no segundo semestre do exercício de 2017 em duas etapas, deixo de registrar as depreciações no exercício de 2016 pela falta de precisão e identificação nos bens patrimoniais da entidade.

Balanço Financeiro.pdf - Balanço Financeiro - Anexo do tópico 8.4

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	6.294.598,98	5.455.123,38	Despesa Orçamentária	6.009.450,75	5.478.743,72
RECEITA REALIZADA	6.294.598,98	5.455.123,38	CREDITO EMPENHADO – PAGO	6.009.450,75	5.478.743,72
RECEITA CORRENTE	6.294.598,98	5.455.123,38	DESPESA CORRENTE	5.981.267,44	5.102.686,97
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	4.718.062,21	4.305.016,23	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.861.635,54	1.237.704,95
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	4.718.062,21	4.305.016,23	ENCARGOS PATRONAIS	362.059,03	326.064,35
ANUIDADES	4.718.062,21	4.305.016,23	JUROSE E ENCARGOS DA DÍVIDA	14.108,64	29.400,41
RECEITA PATRIMONIAL		64.660,75	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.743.464,23	3.509.517,26
RECEITAS IMOBILIÁRIAS		64.660,75	DESPESA DE CAPITAL	28.183,31	376.056,75
RECEITA DE SERVIÇOS	602.890,37	505.149,84	INVESTIMENTOS	10.235,15	14.499,93
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	221.079,32	181.918,46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	17.948,16	361.556,82
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	237.419,32	192.886,72			
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	34.654,81	94.200,07			
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIFICADOS	69.364,12	14.732,08			
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	40.372,80	21.412,51			
FINANCEIRAS	497.890,20	99.739,70			
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	228.829,81	73.729,10			
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	269.060,39	26.010,60			
MULTAS SOBRE ANUIDADES	41.452,57	26.010,60			



INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	227.607,82				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	475.756,20	480.556,86			
DÍVIDA ATIVA	433.776,31	474.007,41			
MULTAS DE INFRAÇÕES	41.979,89	6.549,45			
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	68.912,08	823.557,03	Pagamentos Extraorçamentários	996,70	777.493,08
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados			Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		
Inscrição de Restos a Pagar Processados			Pagamentos de Restos a Pagar Processados		
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	410,77	416.695,31	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		398.867,17
Outros Recebimentos Extraorçamentários	68.501,31	406.861,72	Outros Pagamentos Extraorçamentários	996,70	378.625,91
Saldo em espécie do Exercício Anterior	106.255,58	83.811,97	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	459.319,19	106.255,58
Caixa e Equivalente de Caixa	106.255,58	83.811,97	Caixa e Equivalente de Caixa	459.319,19	106.255,58
Depósitos. Rest. Vlr's Vinculados			Depósitos. Rest. Vlr's Vinculados		
Total:	6.469.766,64	6.362.492,38		6.469.766,64	6.362.492,38

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2016

Pedro Frazão Pimentel
Contador
CRC PE 012948-O/6
330.680.624-20

Dr. Flávio Maciel Dias de Andrade
Diretor-Tesoureiro
CREFITO-1 46.142-F
021.126.294-33

Dr. Silano Souto Mendes Barros
Presidente
CREFITO-1 61.629-F
744.051.364-91

Balanço Orçamentário.pdf - Balanço Orçamentário - Anexo do tópico 8.4

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	7.349.214,88	7.349.214,88	6.294.598,98	-1.054.615,90
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	6.500.659,06	6.500.659,06	4.718.062,21	-1.782.596,85
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	6.500.659,06	6.500.659,06	4.718.062,21	-1.782.596,85
ANUIDADES	6.500.659,06	6.500.659,06	4.718.062,21	-1.782.596,85
RECEITA PATRIMONIAL	25.395,82	25.395,82	0,00	-25.395,82
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	25.395,82	25.395,82	0,00	-25.395,82
RECEITA DE SERVIÇOS	344.160,00	344.160,00	602.890,37	258.730,37
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	163.000,00	163.000,00	221.079,32	58.079,32
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	118.760,00	118.760,00	237.419,32	118.659,32
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	49.050,00	49.050,00	34.654,81	-14.395,19
RENDAS DE OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS	3.000,00	3.000,00	69.364,12	66.364,12
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	10.350,00	10.350,00	40.372,80	30.022,80
FINANCEIRAS	222.500,00	222.500,00	497.890,20	275.390,20
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	140.000,00	140.000,00	228.829,81	88.829,81
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	82.500,00	82.500,00	269.060,39	186.560,39
MULTAS SOBRE ANUIDADES	26.500,00	26.500,00	41.452,57	14.952,57
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	56.000,00	56.000,00	227.607,82	171.607,82
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	256.500,00	256.500,00	475.756,20	219.256,20
DÍVIDA ATIVA	250.000,00	250.000,00	433.776,31	183.776,31



RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
MULTAS DE INFRAÇÕES			6.500,00	6.500,00	41.979,89	35.479,89
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS RECEITAS			7.349.214,88	7.349.214,88	6.294.598,98	-1.054.615,90
DÉFICIT			0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL			7.349.214,88	7.349.214,88	6.294.598,98	-1.054.615,90
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	6.572.047,44	7.205.108,77	5.981.267,44	5.981.267,44	5.981.267,44	1.223.841,33
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.402.292,78	2.436.078,13	2.223.694,57	2.223.694,57	2.223.694,57	212.383,56
REMUNERAÇÃO PESSOAL	1.874.772,63	1.997.557,98	1.861.635,54	1.861.635,54	1.861.635,54	135.922,44
ENCARGOS PATRONAIS	527.520,15	438.520,15	362.059,03	362.059,03	362.059,03	76.461,12
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	35.000,00	14.108,64	14.108,64	14.108,64	20.891,36
FINANCEIRAS	0,00	20.000,00	13.684,58	13.684,58	13.684,58	6.315,42
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS	0,00	15.000,00	424,06	424,06	424,06	14.575,94
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.169.754,66	4.734.030,64	3.743.464,23	3.743.464,23	3.743.464,23	990.566,41
BENEFÍCIOS A PESSOAL	342.043,45	262.526,87	78.600,66	78.600,66	78.600,66	183.926,21
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	5.622,83	5.622,83	332,31	332,31	332,31	5.290,52
USO DE BENS E SERVIÇOS	1.109.780,43	999.606,97	822.503,90	822.503,90	822.503,90	177.103,07
SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	1.159.428,70	1.174.593,09	853.045,86	853.045,86	853.045,86	321.547,23
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	32.069,26	77.300,00	16.789,45	16.789,45	16.789,45	60.510,55
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	5.747,37	510.547,37	299.890,50	299.890,50	299.890,50	210.656,87
SERVIÇOS BANCÁRIOS	122.858,49	582.400,38	562.127,19	562.127,19	562.127,19	20.273,19
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.392.204,13	1.121.433,13	1.110.174,36	1.110.174,36	1.110.174,36	11.258,77
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	777.167,44	144.106,11	28.183,31	28.183,31	28.183,31	115.922,80
INVESTIMENTOS	336.954,03	125.892,70	10.235,15	10.235,15	10.235,15	115.657,55
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	97.121,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	239.832,70	125.892,70	10.235,15	10.235,15	10.235,15	115.657,55
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	440.213,41	18.213,41	17.948,16	17.948,16	17.948,16	265,25
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	440.213,41	18.213,41	17.948,16	17.948,16	17.948,16	265,25
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	7.349.214,88	7.349.214,88	6.009.450,75	6.009.450,75	6.009.450,75	1.339.764,13
SUPERÁVIT	0,00	0,00	285.148,23	0,00	0,00	-285.148,23
TOTAL	7.349.214,88	7.349.214,88	6.294.598,98	6.009.450,75	6.009.450,75	1.054.615,90

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2016

Pedro Frazão Pimentel
Contador
CRC PE 012948-O/6
330.680.624-20

Dr. Flávio Maciel Dias de Andrade
Diretor-Tesoureiro
CREFITO-1 46.142-F
021.126.294-33

Dr. Silano Souto Mendes Barros
Presidente
CREFITO-1 61.629-F
744.051.364-91



Balanço Patrimonial.pdf - Balanço Patrimonial - Anexo do tópico 8.4

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Balanco Patrimonial

Período Anterior: 01/01/2015 à 31/12/2015

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	977.216,53	452.998,86	PASSIVO CIRCULANTE	236.717,00	167.804,92
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	459.319,19	106.255,58	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	304.394,13	286.445,97	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	82.713,46	51.299,73	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	68.381,86	102,270
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ESTOQUES	121.792,17	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	2.967,60	2.967,60
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	8.997,58	8.997,58	PROVISÕES A CURTO PRAZO	43.319,91	43.302,73
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	2.317.125,74	2.740.666,90	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	122.047,63	121.636,86
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.018.918,02	2.452.694,33	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	106.112,62	106.112,62
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	2.018.918,01	2.452.694,32	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	0,01	0,01	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	106.112,62	106.112,62
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	298.207,72	287.972,57	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	298.207,72	287.972,57	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	342.829,62	273.917,54

			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	2.951.512,65	2.919.748,22
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.951.512,65	2.919.748,22
TOTAL	3.294.342,27	3.193.665,76	TOTAL	3.294.342,27	3.193.665,76
ATIVO FINANCEIRO	2.803.979,54	2.873.460,39	PASSIVO FINANCEIRO	236.717,00	167.804,92
ATIVO PERMANENTE	490.362,73	320.205,37	PASSIVO PERMANENTE	106.112,62	106.112,62
SALDO PATRIMONIAL				2.951.512,65	2.919.748,22

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo do Atos Potenciais Ativos			Saldo do Atos Potenciais Passivos		
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	2.567.262,54	2.705.655,47

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2016

Pedro Frazão Pimentel
Contador
CRC PE 012948-O/6
330.680.624-20

Dr. Flávio Maciel Dias de Andrade
Diretor-Tesoureiro
CREFITO-1 46.142-F
021.126.294-33

Dr. Silano Souto Mendes Barros
Presidente
CREFITO-1 61.629-F
744.051.364-91

**Demonstrativo das Variações
Patrimoniais.pdf - Demonstrativo das
Variações Patrimoniais - Anexo do tópico
8.4**

Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	5.858.404,68	5.267.561,94	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	5.826.640,25	5.102.686,97
CONTRIBUIÇÕES	4.718.062,21	4.591.462,20	PESSOAL E ENCARGOS	2.393.542,94	1.929.651,65
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.718.062,21	4.591.462,20	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	1.931.649,55	1.237.704,95
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.718.062,21	4.591.462,20	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	1.931.649,55	1.237.704,95
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	580.767,47	569.810,59	ENCARGOS PATRONAIS	383.292,73	326.064,35
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	580.767,47	569.810,59	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	383.292,73	326.064,35
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	580.767,47	569.810,59	BENEFÍCIOS A PESSOAL	78.600,66	365.882,35
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	513.428,43	99.739,70	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	78.600,66	365.882,35
JUROS E ENCARGOS DE MORA	244.368,04	73.729,10	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	332,31	15.142,11
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	244.368,04	73.729,10	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	332,31	15.142,11
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	269.060,39	26.010,60	OUTROS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	332,31	15.142,11
MULTAS SOBRE ANUIDADES	269.060,39	26.010,60	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	1.551.374,38	1.690.692,64
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	46.146,57	6.549,45	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	0,00	130.307,24
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	46.146,57	6.549,45	CONSUMO DE MATERIAL	0,00	130.307,24
MULTAS ADMINISTRATIVAS	41.979,89	6.549,45	SERVIÇOS	1.551.374,38	1.560.385,40
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	4.166,68	0,00	DIARIAS	693.711,73	562.062,36
			SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	7.000,00	94.979,67
			SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	850.662,65	903.343,37
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	615.451,31	265.055,38
			JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	575.811,77	265.055,38
			OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	575.811,77	265.055,38
			JUROS E ENCARGOS DE MORA	39.639,54	0,00
			JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS	39.639,54	0,00
			TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	1.110.174,36	1.074.428,97
			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.110.174,36	1.074.428,97
			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.110.174,36	1.074.428,97

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
			TRIBUTÁRIAS	16.789,45	13.564,73
			IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	16.789,45	13.564,73
			IMPOSTOS	16.789,45	13.564,73
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	138.975,50	114.151,49
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	138.975,50	114.151,49
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	138.975,50	114.151,49

Total das Variações Ativas :	5.858.404,68	5.267.561,94	Total das Variações Passivas :	5.826.640,25	5.102.686,97
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	31.764,43	164.874,97

Total	5.858.404,68	5.267.561,94	Total	5.858.404,68	5.267.561,94
--------------	---------------------	---------------------	--------------	---------------------	---------------------

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2016

Pedro Frazão Pimentel
Contador
CRC PE 012948-O/6
330.680.624-20

Dr. Flávio Maciel Dias de Andrade
Diretor-Tesoureiro
CREFITO-1 46.142-F
021.126.294-33

Dr. Silano Souto Mendes Barros
Presidente
CREFITO-1 61.629-F
744.051.364-91

**Variações Patrimoniais Qualitativas
(decorrentes da execução orçamentária)**

VARIAÇÕES ATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior	VARIAÇÕES PASSIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	17.948,16	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	17.948,16	0,00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	0,00	0,00

**Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf -
Demonstrativo do Fluxo de Caixa - Anexo
do tópico 8.4**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	6.294.598,98	5.455.123,38
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.718.062,21	4.305.016,23
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	4.718.062,21	4.305.016,23
ANUIDADES	4.718.062,21	4.305.016,23
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	64.660,75
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	0,00	64.660,75
RECEITA DE SERVIÇOS	602.890,37	505.149,84
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	221.079,32	181.918,46
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	237.419,32	192.886,72
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	34.654,81	94.200,07
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIFICADOS	69.364,12	14.732,08
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	40.372,80	21.412,51
FINANCEIRAS	497.890,20	99.739,70
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	228.829,81	73.729,10
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	269.060,39	26.010,60
MULTAS SOBRE ANUIDADES	41.452,57	26.010,60
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	227.607,82	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	475.756,20	480.556,86
DÍVIDA ATIVA	433.776,31	474.007,41
MULTAS DE INFRAÇÕES	41.979,89	6.549,45
OUTROS INGRESSOS	68.912,08	823.557,03
DESEMBOLSOS		
CREDITO EMPENHADO – PAGO	6.009.450,75	5.478.743,72
DESPESA CORRENTE	5.981.267,44	5.102.686,97
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.861.635,54	1.237.704,95
ENCARGOS PATRONAIS	362.059,03	326.064,35
JUROSE E ENCARGOS DA DÍVIDA	14.108,64	29.400,41
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.743.464,23	3.509.517,26
OUTROS DESEMBOLSOS	996,70	777.493,08
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	381.246,92	398.500,36
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
INVESTIMENTOS	10.235,15	14.499,93
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	17.948,16	361.556,82
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-10.235,15	347.056,89
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	17.948,16	361.556,82
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-17.948,16	-361.556,82
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		



GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	353.063,61	384.000,43
--	------------	------------

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	106.255,58	83.811,97
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	459.319,19	106.255,58

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2016

Pedro Frazão Pimentel
Contador
CRC PE 012948-O/6
330.680.624-20

Dr. Flávio Maciel Dias de Andrade
Diretor-Tesoureiro
CREFITO-1 46.142-F
021.126.294-33

Dr. Silano Souto Mendes Barros
Presidente
CREFITO-1 61.629-F
744.051.364-91

9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 DETERMINAÇÕES DO TCU

O CREFITO - 1 , como não poderia deixar de ser, pauta seus atos sempre no cumprimento dos dispositivos legais aplicáveis às entidades de fiscalização de Profissões Regulamentadas, principalmente nas determinações e recomendações dessa Egrégia Corte de Contas.

Como membro do Sistema COFFITO-CREFITOs, ao tomar conhecimento da Decisão Normativa nº 127/2013 por intermédio do Conselho Federal, vem dotando todas as providências necessárias ao tempestivo atendimento das determinações ali contidas.

9.2 RECOMENDAÇÕES DE CONTROLE INTERNO

Não houve recomendações tanto por parte do Conselho Federal, do Plenário Regional ou do Federal. As contas foram aprovadas em todas as instâncias sem qualquer ressalva ou recomendação.

9.3 DANOS AO ERÁRIO

Não houve recomendações tanto por parte do Conselho Federal, do Plenário Regional ou do Federal. As contas foram aprovadas em todas as instâncias sem qualquer ressalva ou recomendação.

10 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

10.1 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

A Diretoria do CREFITO-1 considera o resultado do exercício 2016 positivo, esta visão toma como base as diversas ações ministradas ou apoiadas pela instituição. A afirmativa é norteadada pela qualidade das fiscalizações, ações jurídicas corretivas e políticas públicas que reforçam a qualidade no atendimento na área de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, zelando pelo prestígio e o bom nome das respectivas profissões.

O CREFITO-1 ressalta que sempre se mantém fortalecido através da coesão dos ideais mantido com todos os membros do Colegiado e os profissionais circunscricionados, visando o cumprir a missão institucional respaldada na Lei 6.316/75 e demais legislação pertinente aos exercício das profissões de fisioterapeuta e de terapeuta ocupacional.

11 - ANEXOS E APÊNDICES

11.1 ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO - Relatório DEFIS - Relatório DEFIS 2016 - Vide anexo do tópico 11.1 no final da seção

CONCLUSÃO

A Diretoria do CREFITO-1 considera o resultado do exercício 2016 positivo, esta visão toma como base as diversas ações ministradas ou apoiadas pela instituição. A afirmativa é norteada pela qualidade das fiscalizações, ações jurídicas corretivas e políticas públicas que reforçam a qualidade no atendimento na área de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, zelando pelo prestígio e o bom nome das respectivas profissões.

Relatório DEFIS - Relatorio DEFIS 2016 - Anexo do tópico 11.1



Fiscais:

Dr. Ítallo Cândido Gomes (Fisioterapia – AL)
Dra. Jomary de Souza Ferreira (Fisioterapia – RN)
Dra. Luciana de Andrade de Melo Batista (Terapia Ocupacional – PB e RN)
Dra. Meyre Sinelba Gomes de Sá (Terapia Ocupacional – PE e AL)
Dr. Nelson Felipe Teixeira Modesto (Fisioterapia – PB)
Dr. Sérgio Henrique Marques Cassimiro (Fisioterapia – PE)

Procuradoria Jurídica:

Dra. Nádja Fragoso

Membro Designado de Fisioterapia:

Dra. Iara Lucena Barbosa de Lima

Membro Designado de Terapia Ocupacional:

Dra. Maria José Ribeiro Tavares

Coordenadora do DEFIS:

Dra. Francisca Rêgo Oliveira de Araújo

1. INTRODUÇÃO:

O presente relatório tem por finalidade apresentar os dados das fiscalizações ocorridas durante o ano de 2016, os quais estão dispostos em tabelas, assim como demonstrar, de forma sucinta, as principais metas e planos de ação do DEFIS, embasados nas resoluções e missão do CREFITO-1.

1.1 – Metas para o ano de 2016:

- ✓ Manter a fiscalização permanente nas Capitais e regiões metropolitanas;
- ✓ Manter agenda de fiscalização nos interiores, conforme a classificação de prioridades determinada pelo DEFIS à luz do planejamento institucional;
- ✓ Intensificar as fiscalizações nos Hospitais e Clínicas Escolas;
- ✓ Realizar fiscalizações em serviços militares;
- ✓ Priorizar a apuração de denúncias;
- ✓ Incentivar a capacitação dos fiscais;
- ✓ Promover os Fóruns de Responsabilidade Técnica nos quatro Estados

2. FISCALIZAÇÕES

Tabela 1: Quantitativo de Municípios fiscalizados, Termos de Visitas – TVs e Autos de Infrações – Als lavrados.

ATIVIDADES	PE		AL		PB		RN		TOTAL	
	FISIO	TO	FISIO	TO	FISIO	TO	FISIO	TO	FISIO	TO
Municípios fiscalizados	12	11	20	03		04	08	03	40	21
TV lavrados	91	67	115	24		14	108	14	314	119
Al lavrados	102	17	90	09		04	113	12	305	42

FONTE: Departamento de Fiscalização do CREFITO-1, 2016.

Tabela 2:Quantitativo das Irregularidades (Autos de Infração) e ou Atividades desenvolvidas por Estado.

N	Irregularidade / Atividade	PE		AL		PB		RN		TOTAL	
		FISIO	TO	FISIO	TO	FISIO	TO	FISIO	TO	FISIO	TO
01	Falta de Cadastro	13		05		29		11	-	58	
02	Falta de RE	02	-	09	-	04	01	06	-	21	01
03	Falta de RC	12	03	24	04	02	01	23	06	61	14

04	Ausência de baixa de RC	-	-	-	-	-	-	-	-		
05	LTF Vencida	08	-	03	-	07	-	02	-	20	
06	LTTO Vencida	-	02	-	01	-	-	-	-		03
07	Falta de Registro Profissional	-	-	02	-	02	-	-	-	04	
08	Falta de Inscrição Secundária	-	-	01	-	02	-	-	-	03	
09	Falta de Registro em Prontuário (RESOL. 414/12)	23	02	30	01	09	-	63	02	125	05
10	Ausência de Prontuário	-	-	-	-	-	-	-	-		
11	Falta de transferência entre CREFITO	-	-	-	-	-	-	-	-		
12	Descump. Portaria MS 930	04		03		01		-	-	08	
13	Falta de registro de filial	-	-	-	-	-	-	-	-		
14	Exercício Ilegal	01	-	-	-	-	-	-	01	01	01
15	Delegação de função privativa	01	-	-	-	-	-	-	01	01	01
	Publicidade Irregular	07	-	01	-	-	-	07	-	15	
16	Publicidade em sites de compras coletivas	-	-	-	-	-	-	-	-		
17	Não cumprimento ao RNPF	-	-	-	-	-	-	71	-	71	
18	Não cumprimento ao RNPTO	-	-	-	-	-	-	-	-		
19	Não cumprimento aos Parâmetros Assistenciais	33	02	07	02	08	-		02	48	6

20	Carga Horária Irregular	02	-	-	-	01	-	-	-	03	-
21	RDC 07	20	-	01	-	12	-	-	-	33	
22	Aparelho sem registro	-	-	-	-	-	-	-	-		
23	Não cooperar com a fiscalização	-	-	-	-	-	-	-	-		
24	Esclarecimento por Atividade irregular	-	-	-	-	-	-	-	-		
25	Não cumprimento da Portaria 8.553/08	-	-	-	-	-	-	-	-		
26	Uso irregular da Carboxterapia	-	-	-	-	-	-	-	-		
27	Exercício Ilegal da Medicina	-	-	-	-	-	-	-	-		
28	Ausência de Responsável Técnico	06	06	02	02	01	-	-	-	09	08
29	Não cumprimento às portarias 244 e 251	-	-	-	-	-	02	-	-		02
30	Estágio Irregular	03	-	02	-	03	-	-	-	08	
31	Vínculo de trab. Precário					01				01	

FONTE: Departamento de Fiscalização do CREFITO-1, 2016.

Tabela 3: Tipo de Estabelecimentos Fiscalizados

Estabelecimento	PE		AL		PB		RN		TOTAL	
	FISIO	TO	FISIO	TO	FISIO	TO	FISIO	TO	FISIO	TO

Clínica Particular	-	-	50	-	05		25	09	80	09
Consultório	-	06	53	07	03		73	08	129	21
Centro de Reabilitação/ Clínica Pública	-	-	-	-	10		01	02	11	02
Hospital Público / Privado	24	23	07	01	22	02	10	01	63	27
UPA			01						01	
NASF / UBS	-		04	-	01	-	-	-	05	
CAPS	-	06	-	13	-	-	-	-	19	
Instituição de Longa Permanência / ILP	-	-	-	-	10	-	04	01	14	01
SAMU	-	-	-	-	-	-	-	-		
Cooperativa	-	-	-	-	-	-	-	-		
Presídio	-	-	-	-	-	-	-	-		
Clínica Escola	-		-	-	-	-	01	01	01	01
Total			115		51		114	22	280	22

FONTE: Departamento de Fiscalização do CREFITO-1, 2016.

Tabela4: Denúncias apuradas.

ESTADO	FISIO	TO
PE	41	08
AL	05	04
PB	15	01
RN	23	02
TOTAL	84	15

FONTE: Departamento de Fiscalização do CREFITO-1, 2016.

Tabela 5: Quantitativo de Estabelecimentos com inadequações de recursos (equipamentos e estrutura física)

PE		AL		PB		RN		TOTAL	
FISIO	TO	FISIO	TO	FISIO	TO	FISIO	TO	FISIO	TO
05	21	-	05	24	02	47	02	76	30

FONTE: Departamento de Fiscalização do CREFITO-1, 2016.

3. IMPACTAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO

3.1 Ampliação de ações de controle social e valorização profissional.

3.2 Quanto ao cumprimento do Referencial Nacional de Procedimentos e Parâmetros Assistenciais –

- ✓ O tema suscitou a ampliação de esclarecimentos e orientações aos profissionais, visando manter aproximação e articulação com profissionais e entidades associativas para viabilizar o cumprimento da legislação e maior esclarecimento e educação permanente aos envolvidos;
- ✓ A implementação do ato fiscalizatório, no tocante a demanda em tela, vincula-se ao aparato legal e decisões de órgão competentes, de decisões técnicas e políticas do sistema COFFITO/ CREFITO;
- ✓ Ampliação do quadro de pessoal em hospitais, unidades de pronto atendimento e de urgência e emergência, visando cumprir os normativos legais relacionados à qualidade da assistência.

3.3 Quanto às fiscalizações nas Clínicas Escolas observou-se:

- ✓ Maior aproximação dos profissionais da Instituição de Ensino Superior com o Conselho, com maior esclarecimento de dúvidas;
- ✓ Ampliação de parcerias para repasse de conhecimento ético-legal;
- ✓ Ampliação do cuidado para uma formação de qualidade;
- ✓ Adequação e (re)orientação relativas aos estágios supervisionados e vivências práticas.

3.4 Contratação de profissionais em decorrência de fiscalização técnica em diversas instituições de saúde (hospitais, CAPS, Instituições de Longa Permanência, entre outros).

3.5 Esclarecimento e orientações aos profissionais quanto à:

- ✓ Importância do título de especialista e esclarecimento acerca da especialização e da especialidade;
- ✓ Respeito e cumprimento aos pressupostos legais das profissões;
- ✓ A importância e o papel do Responsável Técnico;
- ✓ O cuidado e respeito ao cumprimento da carga horária;
- ✓ A importância do Referencial Nacional de Procedimentos das profissões e as implicações do descumprimento;
- ✓ A importância e obrigatoriedade do registro em prontuários;

- ✓ Orientação e sensibilização para o cadastro de empresas;
- ✓ Responsabilidade e compromisso com o acompanhamento e monitoramento às práticas clínicas e de educação em saúde.

3.6 Aproximação e Intervenção do DEFIS junto à Promotoria do Idoso, Vigilância Sanitária, entre outros, em busca de ampliar o escopo da fiscalização e efetivar as ações de controle social do Conselho.

3.7 Ampliação do quantitativo de profissionais e empresas regularizados como o Conselho e consequente diminuição da inadimplência.

3.8 Reorientação do ato fiscalizatório para situações de Débitos e Licenças Temporárias Vencidas.

3.9 Realização de Termos de Ajustes de Condutas – TAC, visando resolução de problemas, educação permanente, diminuição de abertura de processos éticos disciplinares e maior ordenação, organização e qualidade na assistência prestada.

3.10 Maximização da relação com os Responsáveis Técnico - RT.

- ✓ Ampliação do diálogo com os profissionais por meio dos Fóruns de Responsabilidades Técnicas;
- ✓ Realização de Fóruns temáticos, com ênfase nos assuntos de maior ocorrência e emissão de Auto de Infração.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O DEFIS realizou suas funções observando o planejamento para o ano de 2016, com recomendação para manter o acompanhamento e fiscalização às Escolas de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional, Serviços Militares, Hospitais, Instituições de Longa Permanência, priorizando as denúncias, fiscalizações nas capitais e regiões metropolitanas.

O DEFIS, por meio da Coordenação, dos Fiscais, servidores e da Procuradoria Jurídica empreenderam esforços para que o ato fiscalizatório e seus desdobramentos ocorressem de forma célere, em observância aos preceitos éticos, bioéticos, deontológicos, devidamente amparados pela legislação vigente no país.

As reuniões ocorreram de forma presencial, em três momentos, na Sede em Recife/PE; e via Skype em três momentos, como pouco aproveitamento em face da dificuldade de conexão e a capacidade de equipamentos e tecnologias. Ao término das referidas reuniões foram emitidas memórias e os encaminhamentos de solicitações e deliberações para apreciação e medidas cabíveis da Diretoria.

Os fiscais receberam capacitação teórico e prática em UTI. E ações de educação permanente foram valorizadas e oportunizadas por meio de estudo das novas resoluções e trocas de experiências entre Fiscais, PROJUR e Conselheiros.

A Coordenação do DEFIS participou dos Encontros Nacionais de DEFIS, promovido pelo COFFITO, em Brasília.

Ressalta-se a importância da implantação e implementação de um sistema de informática que atenda as demandas do DEFIS, no sentido de acompanhar e garantir mais rapidez e resolutividade aos processos, tanto na esfera dos processos éticos disciplinares, nos termos de ajuste de conduta, na regularização dos débitos, como na possibilidade de garantia de educação permanente e continuada dos fiscais, conselheiros, servidores, profissionais e serviços envolvidos.

Para o exercício de 2017, vislumbra-se a efetivação das metas e diretrizes definidas pelo DEFIS em consonância com o Planejamento Estratégico do CREFITO-1 e consequente deliberação da Presidência.

Por fim, conclui-se que os propósitos foram atendidos parcialmente, face as considerações enunciadas acima, mas o processo fiscalizatório aconteceu de maneira propositiva, efetiva e eficaz quando desenvolvida, (re)configurando-se como atividade fundamental, de caráter intersetorial e multifatorial.

Relatório para apreciação da Presidência, Diretoria e ciência do Pleno do CREFITO-1.

Coordenação do DEFIS.

Assinatura(s)

12 - OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO

12.1 OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO

ANEXO - Parecer ou Relatório da Unidade de Auditoria Interna - Vide anexo do tópico 12.1 no final da seção

ANEXO - Parecer de Colegiado - Vide anexo do tópico 12.1 no final da seção

ANEXO - Rol de Responsáveis - Vide anexo do tópico 12.1 no final da seção

ANEXO - Relatório de Instância ou Área de Correição - Vide anexo do tópico 12.1 no final da seção

ANEXO - Relatório de auditor independente - Vide anexo do tópico 12.1 no final da seção

Parecer de Colegiado - Anexo do tópico 12.1



**Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região
CREFITO-1**

CREFITO-1/ GAPRE / Nº 565 /2017

Recife, 30 de maio de 2017.

Ao
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RECIFE - PE

O Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região, CREFITO - 1, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei 6.316/75, vem, pelo presente, comunicar a esse Tribunal que após reunião do Colegiado foi aprovado por unanimidade o exercício de 2016, considerando de forma satisfatória as metas e objetivos alcançados.

Atenciosamente,


Dr. SILANO SOUTO MENDES BARROS
Presidente

Parecer ou Relatório da Unidade de Auditoria Interna - Anexo do tópico 12.1



**Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região
CREFITO-1**

CREFITO-1/ GAPRE / Nº 567 /2017

Recife, 30 de maio de 2017.

Ao
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RECIFE - PE

O Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região, CREFITO - 1, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei 6.316/75, vem, pelo presente, comunicar a esse Tribunal que as contas dessa autarquia federal, relativas ao exercício de 2016, foram aprovadas pelo Plenário sem qualquer ressalva ou recomendação.

Atenciosamente,


Dr. SILANO SOUTO MENDES BARROS
Presidente

Relatório de auditor independente - Anexo do tópico 12.1



**Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região
CREFITO-1**

CREFITO-1/ GAPRE / Nº 568 /2017

Recife, 30 de maio de 2017.

Ao
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RECIFE - PE

O Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região, CREFITO - 1, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei 6.316/75, vem, pelo presente, comunicar a esse Tribunal que para o exercício de 2016 não houve contratação de empresa ou auditor independente para análise das contas deste Regional.

Atenciosamente,


Dr. SILANO SOUTO MENDES BARROS
Presidente

Relatório de Instância ou Área de Correição - Anexo do tópico 12.1



**Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região
CREFITO-1**

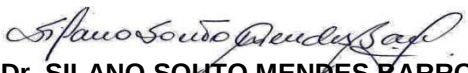
CREFITO-1/ GAPRE / Nº 569 /2017

Recife, 30 de maio de 2017.

Ao
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RECIFE - PE

O Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região, CREFITO - 1, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei 6.316/75, vem, pelo presente, comunicar a esse Tribunal que para o exercício de 2016 não houve abertura de processos administrativos disciplinares instaurados.

Atenciosamente,


Dr. SILANO SOUTO MENDES BARROS
Presidente

Rol de Responsáveis - Anexo do tópico 12.1



**Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região
CREFITO-1**

CREFITO-1/ GAPRE / Nº 566 /2017

Recife, 30 de maio de 2017.

Ao
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RECIFE - PE

O Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região, CREFITO - 1, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei 6.316/75, vem informar a esse Tribunal a atual composição da diretoria do CREFITO-1.

1. PRESIDENTE:

Dr. Silano Souto Mendes Barros – CREFITO 61629-F

2. VICE-PRESIDENTE:

Dra. Leiliane Helena Gomes – CREFITO 5718-TO

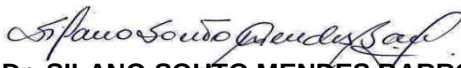
3. DIRETORA-SECRETÁRIA:

Dra. Amanda Cavalcanti Belo – CREFITO 6689-TO

4. DIRETOR-TESOUREIRO:

Dr. Flavio Maciel Dias de Andrade – CREFITO 46142-F

Atenciosamente,


Dr. SILANO SOUTO MENDES BARROS
Presidente